



## **PAISAGEM E FOTOGRAFIA DOCUMENTAL, UMA REFLEXÃO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DA SERRA DO ESPINHAÇO: Projeto Mulheres Sempre Vivas.**

**MOSS, MARINA C. (1); ALMEIDA, THIAGO L.(2)**

1. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento do núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

[marinamoss@yahoo.com.br](mailto:marinamoss@yahoo.com.br)

2. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia, Colegiado do curso de Turismo

[talmeidafotojor@gmail.com](mailto:talmeidafotojor@gmail.com)

### **Resumo**

O presente artigo aborda a questão dos debates sobre paisagem relacionando-os à fotografia documental e as possibilidades do desenvolvimento de metodologia de salvaguarda do patrimônio em que a fotografia atue como instrumento auxiliar na reflexão das relações do homem com a natureza. Acreditamos que o resgate e registro da memória de um grupo social para as gerações futuras, utilizando a fotografia documental junto, permitirá (re)construir uma interpretação das atuações dos antepassados no tecido social e nos processos paisagísticos em que se inserem. A associação entre imagem e memória permite trabalhar com relatos do passado para recuperar dados de pesquisa não registrados de outra maneira, e possibilita instrumento de diálogo com populações de forma a facilitar o conhecimento da realidade e a transmissão do mesmo, em linguagem acessível, aos grupos envolvidos. Como estudo de caso o artigo apresenta o Projeto Mulheres Sempre Vivas, um projeto documental que tem como objetivo pesquisar e registrar histórias de vida das mulheres idosas da Serra do Espinhaço (MG/BA). A pesquisa em paisagem, associada à fotografia documental, materializa memórias, saberes tradicionais e cotidianos e mostra a importância dos registros documentais no processo de preservação da memória para as gerações futuras, como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável de comunidades em intenso processo de transformação socioeconômica e cultural.

**Palavras-chave:** Paisagem; Fotografia Documental; Patrimônio

## Introdução

A formação dos núcleos urbanos coloniais em Minas Gerais está diretamente associada ao contexto de ocupação histórica da Serra do Espinhaço<sup>1</sup>, tendo sua origem junto às primeiras lavras abertas nesta região, que acabaram aglutinando a população. Nas Minas coloniais, os antigos caminhos percorridos por indígenas, bandeirantes, pelo gado; os caminhos reais do ouro e do diamante, bem como os “descaminhos” de atividades subversivas da época (contrabando, quilombos, tráfico), foram alinhando os primeiros povoamentos ao longo do Espinhaço, articulando as principais aglomerações urbanas da Capitania das Minas Gerais, delineadas desde a constituição destes caminhos. Estes caminhos foram os alicerces dos assentamentos humanos na região:

Na região da Serra do Espinhaço, sobretudo, concentraram-se as lavras e os assentamentos humanos mais antigos e longevos – as minas do Ouro Preto, do Ribeirão do Carmo, do Sabará, do Caeté, e, mais tarde, do rio das Mortes e do Serro Frio, atestando o quão rentáveis foram as lavras descobertas. (MORAES, 2006, p.193)

Em todos os núcleos urbanos objetos da pesquisa<sup>2</sup> que deu origem a este artigo, percebe-se que a história da formação urbana se relaciona com a riqueza paisagística da Serra do Espinhaço: tanto associada à mineração quanto às atividades agropastoris, tanto aos caminhos abertos por suas montanhas, aos lugares que se escondiam em seus vales, às margens de seus rios. O declínio da mineração no período colonial não representou o declínio das demais atividades da economia mineira, mas, em certa medida, interferiu nos processos de transformação da rede urbana da qual estes pequenos núcleos faziam parte. A rede urbana de minas sempre foi complexa, e para além das vilas associadas à mineração, existiam uma série de outros lugares de importância estratégica para passagem e pousos, por exemplo, de produção e abastecimento dos núcleos mineradores, ou ainda, lugares de resistência, como quilombos, ou áreas de contrabando e motins (Moraes, 2006, p.38).

---

<sup>1</sup> A cadeia da Serra do Espinhaço, em toda sua extensão, pode ser dividida em dois setores: Meridional (em Minas Gerais, de seu início na Serra do Cipó até em torno de 550km de extensão) e Setentrional (ao norte de Diamantina/MG até limite do Estado da Bahia com o Estado de Pernambuco e do Piauí), de características geológicas distintas (Gontijo, 2008).

<sup>2</sup> Pesquisa decorrente da dissertação de mestrado de Marina Moss, junto ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, ainda em andamento. Os núcleos urbanos estudados são: município de Ouro Preto e seu distrito Lavras Novas; município Santana do Riacho e seu distrito Serra do Cipó; e município do Serro, e seu distrito Milho Verde, e a relação dos mesmos com seu entorno.

As paisagens naturais e culturais, historicamente, sempre contribuíram para a formação da identidade do estado de Minas Gerais/Brasil, sobretudo em sua associação com o processo de exploração mineral – desde o ouro e diamantes até os grandes empreendimentos mineradores desencadeados no século XX – e seus desdobramentos em termos de fluxos comerciais, de pessoas e de ideias. As vilas e os núcleos urbanos de origem colonial, em virtude de terem ficado muitos anos estagnados economicamente, acabaram conservando seus bens tangíveis e intangíveis e também suas paisagens, muitas delas protegidas por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)<sup>3</sup>, compondo o contexto da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE)<sup>4</sup>, aspecto relevante em nossa pesquisa, pois trata-se de um extenso território que envolve e articula as paisagens mineiras. Entretanto, segundo GONTIJO (2008, p.8) embora muito se saiba sobre o arcabouço geológico e geomorfológico da paisagem do Espinhaço Meridional, os estudos sobre o “*tapete de vida*” que a recobre e as relações humanas, históricas e socioeconômicas que a integram, são recentes.

Na tentativa de ampliar e aprofundar as pesquisas sobre o contexto urbano e social destes lugares durante o século XIX, nos deparamos com as palavras da psicóloga social Ecléa Bosi (2012) que nos lembra que os velhos carregam em suas memórias as memórias das cidades. Suas histórias de vida são testemunhos daqueles que viveram, e sobreviveram, aos tempos difíceis e pouco conhecidos do período situado entre a abolição da escravidão, no fim do século XIX, e o início das atividades econômicas, próximo à década de 70 do século XX. Com o intuito de registrar e conhecer as memórias destes distritos, utilizamos como parte de nossa metodologia de campo o registro das memórias de seus moradores, na faixa dos 80 anos de idade, que testemunharam o tempo em que estes núcleos urbanos estavam esquecidos pela historiografia oficial, negligenciados pelas políticas públicas.

Considerando este contexto, o presente artigo tem por objetivo refletir uma abordagem metodológica que auxilie nos processos de salvaguarda do patrimônio imaterial através do uso da fotografia documental. A metodologia de pesquisa aqui desenvolvida se relaciona com os estudos sobre paisagem e cotidiano, em diálogo com a fotografia documental e a história oral, especialmente àquela relacionada às memórias de velhos (Ecléa Bosi, 2012).

---

<sup>3</sup> No Brasil, as Unidades de Conservação são regidas pela Lei Federal 9.985/00 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

<sup>4</sup> As reservas da biosfera são um tipo de área protegida, propostas pelo Programa Homem e Natureza (MAB) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (1971).

Como estudo de caso, apresentamos o Projeto Mulheres Sempre Vivas<sup>5</sup>, que tem utilizado a fotografia documental, unida às técnicas de história oral e à pesquisa sobre paisagens e cotidiano, no resgate e registro das memórias e histórias de vida de populações tradicionais marginalizadas e negligenciadas pela história oficial, especialmente mulheres idosas da Serra do Espinhaço. Para tal, partimos da premissa de que, com o desuso da oralidade, as memórias das primeiras gerações pós-abolição da escravatura, podem se perder sem antes sequer terem sido documentadas ou repassada às gerações seguintes. Além disso, tendo em vista a emergência de novas tecnologias e obsolescência da história oral, acreditamos que é urgente compreender o reflexo disso nas culturas/saberes tradicionais.

## **As paisagens da Serra do Espinhaço: patrimônio em construção.**

As paisagens do Espinhaço estão gravadas no imaginário mineiro e acompanharam a história de descobertas minerais e conquistas nessa parte do Brasil. Como bem nos lembra Gontijo (2008, p.10) “*a história das “minas gerais” passa necessariamente, por seus campos rupestres*”. O eixo conformado pela Serra do Espinhaço também coincide com o eixo de ocupação histórica de Minas Gerais, compreendendo trechos importantes das chamadas estradas reais, concentrando os principais Circuitos Turísticos de Minas Gerais (Circuito do Ouro, Circuito Serra do Cipó e Circuito dos Diamantes), Unidades de Conservação de grande relevância ambiental, e ainda abrigando parte expressiva dos bens tangíveis e intangíveis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG).

A paisagem é um conceito complexo, que tem evoluído ao longo dos séculos. Entretanto, em todas as abordagens, uma das principais características da paisagem é que ela não é fixa, ao contrário, é algo que está em constante transformação e considera cada vez mais importante as trocas entre natureza e sociedade, e sua associação com a ciência e a cultura. Uma das contribuições das abordagens científicas sobre a paisagem é o entendimento de que a mesma permite uma série de leituras e interpretações: “*a paisagem é a leitura da natureza e da sociedade através de uma abordagem espacial e de uma interpretação dos fenômenos a partir de sua localização*” (LACERDA, 2014, p. 27). Do ponto

---

<sup>5</sup> Fanpage do Projeto Mulheres Sempre Vivas, disponível em:  
<https://www.facebook.com/mulheressemprevivas?fref=ts>

de vista do patrimônio a prioridade tem sido atribuída em associação ao entendimento de paisagem cultural. Atualmente, organizações como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem desenvolvido uma série de pesquisas e trabalhos relacionados com a ideia da Paisagem Cultural, muito apoiado em Cartas Patrimoniais da UNESCO<sup>6</sup>, e da sua proposta de chancela da Paisagem Cultural, que “*ainda instiga muitas reflexões quanto à sua aplicação e ao seu próprio conceito*”. (IPHAN, 2011, p.1) Seguindo esta linha, o IPHAN lança uma portaria que conceitua a chancela da Paisagem Cultural Brasileira dizendo, em seu primeiro artigo que:

Constitui Paisagem Cultural Brasileira uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (IPHAN, 2011, p.1)

No contexto brasileiro de conservação da natureza e proteção do patrimônio natural e cultural a UNESCO exerce grande influência nas questões relacionadas à diversidade cultural e ao patrimônio, material e imaterial, expressas através de suas declarações, convenções e cartas patrimoniais, reconhecidas por todos seus estados membros. O Programa "O Homem e a Biosfera - MaB", lançado em 1971 pela UNESCO, é um programa mundial de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio, o que nos remete novamente aos debates da paisagem.

A Serra do Espinhaço foi declarada, pela UNESCO, como patrimônio ambiental, paisagístico, cultural e histórico – sendo reconhecida como Reserva da Biosfera em 27 de junho de 2005, por ser considerada uma das regiões mais ricas e diversas do mundo. A extensão da área é de mais de três milhões de hectares, abrangendo 17 Unidades de Conservação de Proteção Integral e 36 Unidades de Conservação de Uso Sustentável, e os biomas brasileiros da Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. No seu contexto também estão presentes as principais cidades históricas de Minas Gerais, declaradas Patrimônio Cultural da Humanidade: as cidades de Ouro Preto e Diamantina. Nas elevadas altimetrias predomina a fitofisionomia dos Campos Rupestres, sendo considerada, portanto uma área de extrema relevância ambiental. Sua importância biológica, geomorfológica e histórica

---

<sup>6</sup> A questão das cartas patrimoniais possui estreita relação com a questão da paisagem cultural associada aos programas de conservação como a RBSE, no âmbito da UNESCO. As cartas patrimoniais fornecem elementos valiosos para a delimitação conceitual do patrimônio, para a caracterização de seus segmentos e para a definição de políticas, princípios e instrumentos de preservação e permitem acompanhar a lenta trajetória da preservação do patrimônio (Ministério da Cultura, 2013).

justificam a adoção de medidas urgentes para a conservação de todo o complexo montanhoso.

Considerando o contexto da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE), a questão da paisagem é extremamente relevante, tendo em vista que existe diálogo e alinhamento entre os entendimentos da UNESCO e a proposta de conservação e gestão territorial das reservas das biosferas, justamente porque o programa é destinado a compreender as relações e manter a coexistência do homem com a biosfera. A UNESCO entende que a paisagem exprime as relações entre o homem e a natureza:

Sugere uma abordagem paisagística para a identificação, conservação e gestão de áreas históricas dentro dos seus contextos urbanos mais amplos, considerando as inter-relações das suas formas físicas, a sua organização e conexão espacial, as suas características e espaços naturais, e os seus valores sociais, culturais e económicos. (UNESCO, 2011, p.4)

Portanto, a questão da paisagem se relaciona profundamente com as questões apontadas e demandas ao longo deste estudo e com o contexto natural, histórico, cultural e socioeconômico da RBSE. Segundo a UNESCO (2007) a recorrência atual ao conceito de Paisagem Cultural reflete uma síndrome sócio ecológica, resultante das preocupações ambientais com as alterações ocorridas no ambiente humano e nas paisagens, causadas pelas transformações nos modos de vida e nos usos tradicionais do território, durante a revolução industrial e depois dela. Assim, para se compreender o que é o meio ambiente nestes pequenos lugares ao longo do Espinhaço, deve-se considerar o conjunto de seu patrimônio cultural (material e imaterial) juntamente com o patrimônio ambiental e os modos de produção que, em conjunto, formam a paisagem destes lugares.

Entretanto, segundo Lacerda (2014) a crítica mais contundente a esta abordagem patrimonial da paisagem, que a entende como “paisagem cultural” é que ela *“reduz o conceito ao aspecto de “excepcionalidade”, restringindo sua aplicação à proteção de paisagens “patrimoniáveis”, desconsiderando as paisagens do cotidiano* (LACERDA, 2014, p.27). Além disso, parece desconsiderar que cada grupo social vive uma paisagem. E mais, considerando que toda natureza é vista e interpretada por um olhar cultural, tem se que:

(...) por pressuposto toda paisagem é um artefato cultural por definição, pois, para existir, depende de um olhar que carrega consigo uma leitura de mundo” (...) “seria um erro tratar paisagem cultural como uma paisagem de interesse do patrimônio, ou pior, apenas aquela excepcional, impregnada de cultura, a boa cultura, que se quer preservar. (LACERDA, 2014, p.25)

Portanto, e como base nestes questionamentos, entendemos que a questão da Paisagem Cultural no Brasil vai muito além da proposta de chancela do IPHAN, pois existe preocupação crescente com a criação de uma categoria de análise mais ampla que permita compreender melhor as relações humanas junto à questão ambiental. A grande crítica à abordagem relacionada à paisagem cultural, enquanto chancela patrimonial, é seu caráter excepcional. Como se apenas as paisagens de valor excepcional fossem culturais, ou dignas de preservação. Entendemos que ao considerar todo o contexto da Serra do Espinhaço, toda paisagem é cultural, em função do contexto histórico e de toda peculiaridade cultural desta região brasileira. O próprio Ministério da Cultura (MINC) utiliza o termo para se referir aos seus entendimentos mais atuais sobre diversidade cultural e patrimônio cultural e ambiental pensados em conjunto. Para o MINC a paisagem cultural *“compreende a presença humana em perspectiva histórica, na sinergia entre ambientes naturais, construídos e modos de produção”* (MINC, 2013, p.14). A paisagem seria uma mediadora das relações entre o homem e a natureza, e também a natureza vista na perspectiva humana.

Neste sentido toda paisagem é cultural, pois ela pressupõe um observador humano. (LACERDA, 2014, p.60). Considerar este ponto de vista nos permitirá olhar para além daquilo tido como excepcional e ampliar nossa compreensão sobre o patrimônio cultural e natural, material e imaterial da Serra do Espinhaço. Nos permitirá identificar modos de vida tradicionais, porém, situados às margens das políticas públicas oficiais. Paisagens marginais são também paisagens culturais, e nos apresentam um leque de histórias de vidas, práticas sociais e manifestações culturais nas quais o cotidiano de populações que vem sendo negligenciadas pela história oficial se revelam. Foi através desta linha de pensamento, que surgiu o Projeto Mulheres Sempre Vivas.

## **Patrimônio imaterial: medidas de salvaguarda e fotografia documental.**

Segundo o IPHAN (2003) existe profunda interdependência entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material e natural. Entretanto, a instituição reconhece que ainda não existe um instrumento multilateral de caráter vinculante destinado a salvaguardar o patrimônio cultural imaterial, e que medidas para salvaguarda do mesmo podem contribuir

muito para a riqueza e complemento das medidas de proteção do patrimônio material. Segundo a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (CPI):

O patrimônio cultural imaterial são as expressões, conhecimentos e técnicas, associados aos seus objetos, artefatos e locais de origem, que as comunidades e os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Acrescentamos que patrimônio cultural são ainda os elementos que definem ou caracterizam determinados indivíduos ou grupos de indivíduos como tais. A CPI tem quatro objetivos básicos com relação ao patrimônio cultural imaterial: sua salvaguarda, seu respeito, a conscientização de sua importância e de seu reconhecimento recíproco, e a cooperação e a assistência internacional com relação ao mesmo. (MPF, 2004, p.1)

Esta Convenção orienta as ações que os Estados signatários devem adotar visando garantir a salvaguarda do patrimônio imaterial nos seus territórios. Considerando o contexto da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, é então dever dos estados criar medidas que assegurem a salvaguarda, o desenvolvimento e a valorização deste patrimônio, através de várias iniciativas, dentre elas: - fomentar estudos científicos, técnicos e artísticos, bem como metodologias de pesquisa, para salvaguarda eficaz do patrimônio cultural imaterial, e em particular do patrimônio cultural imaterial que se encontre em perigo. Neste sentido é que a proposta deste artigo, ao considerar todo este contexto e estas orientações, torna-se relevante.

Durante o período colonial, muitas informações sobre os antigos caminhos, sobre as comarcas, vilas, registros e datas foram mapeados e relatados, seja através de documentos oficiais ou coevos, seja pelos relatos dos naturalistas que aqui vieram, seja ainda, pelos memorialistas da época. No entanto, estes conhecimentos produzidos se referiam primordialmente às zonas de interesse da mineração, especialmente por necessidade de controle, organização e cobrança de tributos por parte da Coroa Portuguesa. Os sertões, a vida nos quilombos, os descaminhos e as regiões de economia diversa à da mineração (embora complementar, como fazendas produtoras de alimento e zonas de abastecimento, por exemplo) foram pouco estudadas. Por esta razão as vozes daquelas pessoas que estavam à margem do poder, não puderam ser registradas.

Já nas coisas do cotidiano daqueles que pisaram e exploraram as riquezas das Minas Gerais – as lavras de ouro abundante e depois minguado, os diamantes, cuja extração dependia dos mercados externos, o cultivo da terra e a criação de animais – deixaram vestígios bem menos eloquentes, às vezes um perpétuo silêncio, não porque não houvesse o que dizer, mas porque estavam à margem da história oficial, a dos interesses imediatos da economia do império luso, cujo controle se fazia na medida em que era

8



necessário para garantir tais interesses. Contudo, as marcas deixadas no território acabaram por lhes conferir voz. Os boiadeiros dos sertões nordestinos abriram os caminhos do norte da capitania; os bandeirantes venceram as barreiras impostas pelas matas, serras e rios; arraiais plantados nos sertões mais longínquos tornaram-se importantes entrepostos comerciais; quilombos, ainda que momentaneamente destruídos, deram origem a povoações; aldeias resistiram pelo temor que suas nações impuseram... (MORAES, 2006, p. 302)

A enorme produção de conhecimentos, escritos e especializados, foi reduzido com o fim do período colonial da mineração, ou teve seu interesse redirecionado para outras economias que despontavam no território minério. Embora os principais territórios e núcleos urbanos do período colonial tenham se mantido presentes, ainda que de forma secundária, na dinâmica imperial, como foi Ouro Preto, Diamantina, Mariana e Serro, por exemplo, os demais povoados e arraiais que faziam parte desta imensa rede, foram se apagando da história, até serem redescobertos, especialmente em meados do século XX, por outras atividades como mineração de outros metais, silvicultura, e também pelo turismo.

As recentes transformações sócio espaciais nestes lugares, sobretudo pós a década de 80 - com a abertura de novos caminhos e a construção de rodovias que seguiram a rota das antigas estradas coloniais - fizeram com que os assentamentos urbanos e povoados ao longo da Serra do Espinhaço fossem redescobertos. Estes lugares, que mantiveram quase intactas suas estruturas e características do período colonial, se situam no entorno de áreas protegidas de grande beleza cênica e natural e abrigam parte expressiva do patrimônio construído e das manifestações culturais mineiras. Atualmente, são pequenos distritos pertencentes a municípios como Ouro Preto, Mariana, Diamantina e Serro, por exemplo.

As populações tradicionais da Serra do Espinhaço, detentoras de saberes, memórias e expressões culturais sobreviveram e resistiram nestes pequenos núcleos urbanos no período em que estes se encontravam esquecidos pela historiografia oficial. Parte da população negra e indígena do estado, descendente de homens e mulheres que foram escravizados no período colonial, se instalaram nestas terras após a abolição da escravidão, iniciando seu longo processo de resistência e sobrevivência. Algumas pessoas, hoje idosas, testemunharam, e sentiram na pele, os primeiros tempos dos homens e mulheres libertos. São os filhos e netos dos antigos escravos, que por meio da história oral e de suas lembranças acompanharam os processos e os primeiros passos rumo à (re)inserção dos negros ao longo do século XIX, numa sociedade que não os reconheceu com o fim da escravidão, tornando-os marginalizados.

Ecléa Bosi (2012) nos conta que os velhos carregam dentro de si as memórias de suas cidades: “(...) Cada geração tem, de sua cidade, a memória dos acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história” (BOSI, 2012, p. 418). Suas memórias pessoais podem nos revelar muito sobre o que foi, o que se transformou e o que está se perdendo nos lugares em que viveram. Assim como muito se sabe sobre o período colonial a partir de documentos coevos e memorialistas, que puderam nos dizer mais sobre o cotidiano e a realidade daquele passado, acredita-se que as memórias das pessoas idosas da nossa época, podem dizer muito sobre épocas que não vivemos, mas eles, sim. Para conhecer a história destes lugares, devemos conhecer também a história de suas pessoas, de seus velhos:

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. (BOSI, 2012, p.63)

Por esta razão entende-se a necessidade de registrar, documentar e salvaguardar as memórias destas pessoas e destes lugares, que estão desaparecendo rapidamente com o advento da tecnologia e a rapidez das relações humanas, antes mesmo de terem sido registradas. Estas pessoas, e suas memórias, são patrimônios vivos do estado de Minas Gerais, uma vez que “a memória grupal é feita de memórias individuais” (BOSI, 2012, p. 419). Documentar o que passou, e registrar, para as gerações futuras suas origens, seus rostos, lembranças e detalhes do cotidiano<sup>7</sup> e das paisagens ordinárias que os formaram, e que foram formadas, a partir do trabalho de suas mãos, torna-se primordial.

Os debates sobre paisagem relacionados à Fotografia Documental, e as possibilidades do desenvolvimento de metodologia de salvaguarda do patrimônio em que a fotografia atue como instrumento auxiliar na reflexão das relações do homem com a natureza, precisam ser ampliados. Acreditamos que o resgate e registro da memória de um grupo social para as gerações futuras, utilizando a fotografia documental juntamente às técnicas de história oral, permitirá (re)construir uma interpretação das atuações dos antepassados no tecido social e nos processos paisagísticos em que se inserem. A associação entre imagem e memória

---

<sup>7</sup>O entendimento sobre o conceito de “cotidiano” trabalhado neste artigo se apoia na definição De Certeau: “(...) o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. [...] O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior [...] É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada”. (CERTEAU, 2007, p. 43)

permite trabalhar com relatos do passado para recuperar dados de pesquisa não registrados de outra maneira, e possibilita instrumento de diálogo com populações tradicionais de forma a facilitar o conhecimento da realidade e a transmissão do mesmo, em linguagem acessível, aos grupos envolvidos (SIMSON, 2005, p.21).

A fotografia apresentar-se-á como uma ferramenta de descrição e interpretação dos dados obtidos em campo, não apenas como um instrumento de coleta de informações, constituindo “textos visuais” construídos para restituir determinada realidade. Nesse sentido o projeto Mulheres Sempre Vivas une as técnicas da escrita e a arte da fotografia, fornecendo informações de escritas variadas antes de viabilizar o mergulho nas imagens, através dos prelúdios, do diálogo com o campo da antropologia visual e sua relação com os estudos da paisagem e do cotidiano, da metodologia que conforma a fotografia documental e as reflexões em torno de lugares.

O patrimônio cultural imaterial possui uma importância que ultrapassa a questão da proteção. Sua salvaguarda se torna um importante mecanismo de resgate de memória e histórias de vida para as gerações futuras, essenciais para a sua conscientização. Foi pensando nessa relação que o Projeto Mulheres Sempre Vivas decidiu documentar memórias coletivas e a paisagem das mulheres afrodescendentes que habitam a Serra do Espinhaço, como medida de salvaguarda visando à pesquisa e a investigação voltada para preservação e reconhecimento do patrimônio cultural imaterial das comunidades tradicionais de uma porção singular do território de Minas Gerais. A pesquisa, ainda em desenvolvimento, é a materialização concreta das memórias e dos saberes tradicionais e cotidianos de mulheres. A importância deste projeto consiste na preservação e reconhecimento de patrimônio cultural imaterial em vias de desaparecimento.

## **Projeto Mulheres Sempre Vivas: em busca das memórias e das paisagens do cotidiano na Serra do Espinhaço.**

“A gente tem que conta a vida da gente, o que passou, pra mó deles vê né?  
Causa que os novo hoje num credita na gente, no que a gente passô...  
Credita? Num credita. No que passou com a gente, num credita”.

(Dona Maria, 77 anos, moradora da zona rural do distrito de Tabuleiro-MG)

Durante o trabalho de percorrer os lugares de origem colonial ao longo da Serra do Espinhaço, que hoje são foco da exploração turística e reconhecer as transformações nas paisagens, como parte do processo de pesquisa da pós graduação em Arquitetura e Urbanismo<sup>8</sup>, percebemos que as transformações sócias espaciais nestes lugares têm sido muito aceleradas, afetando diretamente a economia e a vida das pessoas que ali residem. Nesse processo de conhecer melhor as percepções dos moradores locais, especialmente os mais idosos, nos demos conta de que, a maioria dos idosos detinha ainda, viva na memória, parte de um passado pouco conhecido no Brasil, especialmente em Minas Gerais, relacionado ao “legado” deixado pelo período colonial e imperial no que diz respeito aos processos de (re) inserção dos negros na vida social, após a abolição da escravidão. Este período possui poucos relatos, uma vez que os negros que poderiam contar suas memórias com pena e papel eram, em maioria, iletrados, excluídos e marginalizados.

Percebemos ainda outro fator relevante: a maioria dos idosos, com mais de 80 anos, nestes lugares, eram mulheres. Em seus relatos identificamos que foram elas quem, muitas vezes e por mais tempo, trabalharam com serviços pesados e exploratórios para sustentar suas famílias. Todas elas, inclusive, trabalham desde os 8, 9 anos de idade. Os homens de sua época, embora trabalhassem muito, costumavam sair dos lugares para tentar a vida fora, ou ainda, se envolviam com vícios do álcool, falecendo jovens, com 40 ou 50 anos. A maioria das mulheres que entrevistamos, são viúvas há um tempo considerável. Foram elas quem cuidaram dos filhos com o suor de seu trabalho, participando ativamente da manutenção e sobrevivência destas comunidades ao longo do século XX. Incluindo a preservação da história oral, dos saberes tradicionais e das manifestações culturais nestes povoados ao longo da Serra do Espinhaço.

---

<sup>8</sup> A pesquisa em questão, ainda em fase de finalização, se refere à dissertação da pesquisadora Marina Moss, como parte do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Minas Gerais.

O Projeto Mulheres Sempre Vivas é um projeto documental que tem como objetivo documentar memórias coletivas, o cotidiano e as paisagens das mulheres afrodescendentes que habitam a Serra do Espinhaço, como medida de salvaguarda visando à pesquisa e a investigação voltadas para preservação e reconhecimento do patrimônio cultural imaterial dos povos tradicionais de uma porção singular do território de Minas Gerais.

Colhedoras de chá preto da Índia, garimpeiras, lenheiras, cascalheiras, carvoeiras, parteiras, tropeiras, benzedadeiras, e guardiãs de heranças tradicionais da cultura afro brasileira, que moldaram grande parte da paisagem mineira com suas próprias mãos. Situadas às margens da economia e negligenciadas pelas políticas públicas, foram elas que mantiveram viva as resistências expressas em manifestações culturais de origem afro, como o Candombe, o Catopé e o Chulá, por exemplo. São, ainda hoje, guardiãs e multiplicadoras dos saberes tradicionais, e testemunhas vivas dos processos que se desencadearam nas décadas pós-escravidão no Brasil, compartilhando modos de vida e fazeres cotidianos dos negros em seu processo de se (re)inserir na sociedade, sobreviver e resistir. É através da paisagem que se pode acessar o cotidiano, os modos de produção e as memórias deste grupo. A paisagem carrega marcas e este conjunto reforça a interação entre a sociedade e a natureza. Portanto, a pesquisa em paisagem, associada à fotografia documental, materializa memórias, saberes tradicionais e cotidianos e mostra a importância dos registros documentais no processo de preservação da memória para as gerações futuras, como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável de comunidades em intenso processo de transformação socioeconômica e cultural.

A cultura é dinâmica, temporal. Não há contradição nas mudanças temporais e espaciais que vivem estas mulheres, pois a cultura dialoga com elementos novos. O que se faz necessário documentar são os processos de mudança que estas pessoas estão vivendo, o que foi e o que está se perdendo. Do antes e do depois. E as Mulheres Sempre Vivas são um elo de ligação entre estes tempos. O que o projeto propõe é a construção da fotografia enquanto uma reflexão artística e filosófica. Neste sentido, a linguagem fotográfica consegue sensibilizar, e pode causar estranheza e reflexão. Portanto, o projeto Mulheres Sempre Vivas é uma pesquisa científica e artística, que envolve toda a parte técnica de pesquisa de campo, mas também um debate literário e fotográfico sobre a paisagem, entendendo a paisagem como o resultado do cotidiano. Por mais que o debate sobre o conceito de paisagem traga questões científicas, ele também dialoga com o campo da poesia, da estética e da literatura.

Neste contexto, o objeto deste trabalho são as memórias da cultura popular brasileira, individuais e coletivas, materializadas no espaço, e aqui compreendidas como este emaranhado de influências, resistências e construção da identidade de um povo. No Projeto Mulheres Sempre Vivas, o contexto que tem permitido aprofundar as pesquisas é a região da Serra do Espinhaço, de grande relevância histórica e sociocultural, que abriga mulheres de vários tempos, do interior de Minas Gerais. Documentar suas memórias e suas artes cotidianas, para além da pesquisa de campo e dos registros fotográficos, é também uma nova reflexão sobre os métodos de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. A linguagem se construirá a partir dos saberes e fazeres cotidianos daquelas que foram (e ainda são) silenciadas na sociedade atual. A pesquisa utiliza uma linguagem que tem o compromisso em identificar a arte popular, que constitui-se também como instrumento de resistência.

Portanto, o projeto Mulheres Sempre Vivas carrega uma dupla missão: dar voz à uma geração de mulheres da Serra do Espinhaço que estão às margens da história oficial (uma geração em vias de desaparecimento), e contribuir para a continuidade e efetivação de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial das comunidades afrodescendentes, deixando registrado o universo de bens que serão referência para os mais jovens, e para as gerações futuras. As memórias destas mulheres conectam identidades, expressões, práticas cotidianas e lugares culturais através de suas histórias de vida. Este conjunto reforça a paisagem resultante da interação entre a sociedade e a natureza. O diálogo entre paisagem, fotografia documental e arte, torna o projeto uma proposta inovadora para auxiliar na criação e desenvolvimento de metodologias para salvaguarda do patrimônio imaterial. O registro destas memórias desempenhará um papel educativo, conscientizador e informacional. Além do desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa sobre patrimônio cultural, o projeto prevê como resultado e produto cultural desta pesquisa a publicação de um livro, exposições fotográficas itinerantes pelas comunidades e oficinas, que incluem intervenções artísticas como o teatro documental. Espera-se que este projeto, como retorno, se desdobre em ações de empoderamento social.



IMAGEM 1 – Dona Teresa, 86 anos, segurando um broto de chá preto da Índia. Dona Teresa trabalhou dos 8 aos 17 anos na plantação de chá da Fazenda do Manso, em Ouro Preto – MG. Crédito: Projeto Mulheres Sempre Vivas



IMAGEM 2 – Dona Maria Macarrão, 84 anos é quilombola do Quartel de Indaiá (Diamantina-MG) e uma das guardiãs da manifestação de origem banto chamada Chulá. Crédito: Projeto Mulheres Sempre Vivas



IMAGEM 3 – Interior da casa de Dona Ilídia, 99 anos. Dona Ilídia foi parteira e tropeira, filha de uma negra que foi escravizada. Sua casa é a mesma há quase um século. Crédito: Projeto Mulheres Sempre Vivas



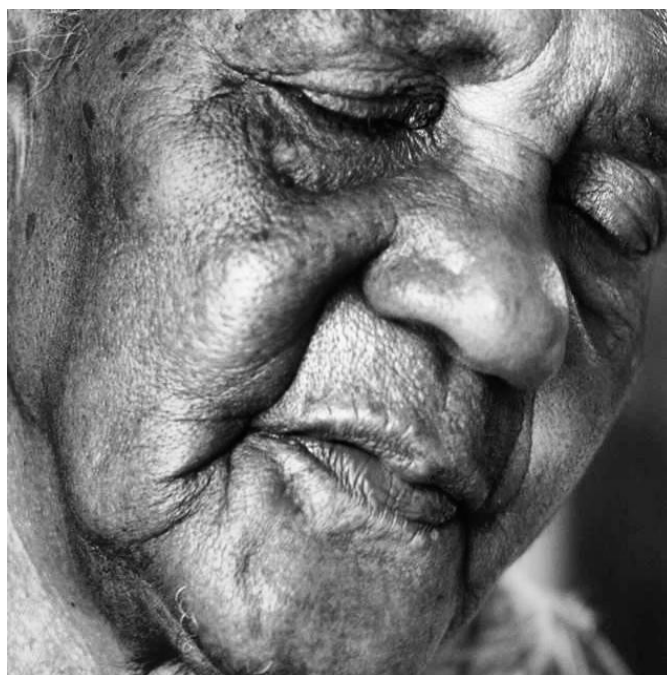


IMAGEM 4 – As linhas do rosto, pés e mãos de uma mulher sempre viva são mais que heranças do tempo. São marcas da paisagem. A própria paisagem. Dona Lídia, 89 anos, Lavras Novas - MG.  
Crédito: Projeto Mulheres Sempre Vivas

## Referências Bibliográficas

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson, *Fotoetnografia: um Estudo de Antropologia Visual sobre o Cotidiano, Lixo e Trabalho*, Porto Alegre: Palmarinca, 1997

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. – 3. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012

BRASIL. *Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira*. Coordenação de Paisagem Cultural. IPHAN. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. *Gestão Cultural, conceitos básicos: patrimônio*. Brasília, Ministério da Cultura, Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, 2013.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação*. Brasília. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Áreas Protegidas. 2006

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 2007.

GONTIJO, Bernardo M. *Uma geografia para a cadeia do Espinhaço*. Revista Megadiversidade. Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridade de conservação. Belo Horizonte. Volume 4, N° 1-2, p.7-14, Dezembro, 2008, Minas Gerais. ISSN/ISBN: 18083773

LACERDA, Mariana O. *Paisagem da terra dos diamantes: passado e presente a favor de uma reflexão prospectiva*. TESE. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. Programa de pós Graduação em Geografia. Belo Horizonte, 2014.

MELO, Vera Lucia Mayrinck. *A paisagem sob a perspectiva das novas abordagens geográficas*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, 2005.

MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. il. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_; SOARES, J.M. *Contribuições teóricas para o estudo do fenômeno urbano nos momentos iniciais de sua formação*. RISCO: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Programa de pós-graduação do instituto de arquitetura e urbanismo iau-USP. Numero 13, 1/2011. pag 49-57. Acesso em 12 de abril de 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/marina/Downloads/44812-53369-1-PB.pdf>

SAMAIN, Etienne (ORG). *O Fotográfico*. Editora Hucitec/Editora Senac São Paulo – 2°ed – São Paulo, 2005.

SILVA, A.L. *Mitos e Cosmologias Indígenas no Brasil: breve introdução*. São Paulo, 1992.

TILDEN, Freeman. *Interpreting our heritage*. The University of North Carolina Press, 1983.

UNESCO: *Declaração Internacional dos direitos à Memória da Terra*, 1991. Disponível em <<http://portal.unesco.org>>. Acessado em 02 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. *Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural, 1972*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acessado em: 05 de Junho de 2014.

\_\_\_\_\_. *UNESCO'S Biosphere Reserves (MAB): The Seville Strategy and the Statutory Framework of the World Network of Biosphere Reserves*. UNESCO. Paris, 1996.

\_\_\_\_\_. *Paisagem Cultural, um conceito em (re)evolução*. UNESCO, ICOMOS, Portugal, 2007. Disponível em: <<http://icomos.fa.utl.pt/eventos/apap2007.pdf>> . Acessado em 10 de julho de 2014.